

TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO¹

Maria Izabel Alves dos Reis

Universidade Federal do Pará mariaalvesreis37@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objeto de estudo as relações sociais de sexo, a divisão sexual do trabalho e o adoecimento docente. Trata-se de um estudo bibliográfico que procurou investigar o processo de adoecimento das trabalhadoras docentes na conjuntura das políticas educacionais e argumenta-se que o adoecimento das mesmas tem como corolário os múltiplos papéis assumidos pelas mulheres no cotidiano do trabalho, de casa e na sociedade de maneira geral, ao mesmo tempo em que a desvalorização social no trabalho docente imprime uma condição de precarização e intensificação e consequentemente processos de adoecimento nessa categoria de trabalhadores.

Palavras-chaves: Adoecimento; Divisão Sexual do Trabalho; Relações Sociais de Sexo;

1. INTRODUÇÃO

Situar o trabalho na conjuntura das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, significa problematizar a condição feminina em um contexto de extrema desigualdade social, econômica e cultural. Esse contexto por sua vez, determina as condições de trabalho na qual a mulher se insere no mercado de trabalho e pela qual sofre inúmeras consequências, como a desvalorização, a discriminação, assédio, adoecimento, dentre outros. Tanto as relações sociais de sexo, quanto à divisão sexual do trabalho têm impactos sobre a mulher trabalhadora no exercício da docência fruto da feminização do magistério em que, a carreira docente se desenvolveu. As relações estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres se configuram como uma relação social de sexo e por conta de serem assim, se situam em pólos antagônicos onde, homens e mulheres se situam, se conformam, se confrontam e se (auto) determinam (DEVREUX 2005). A categoria relação social de sexo comporta amplas análises permitindo contextualizar a dominação das mulheres que se deslocam não apenas ao espaço familiar, mas no trabalho, nas normas e legislações e na sociedade de maneira geral. De acordo com Devreux (2005 p.565) [...] “as relações sociais de sexo recobrem, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens”. Por sua vez, a divisão sexual do trabalho se coloca como uma das conformações assumida pelo capital para maior exploração da força de trabalho feminino. Essa forma de exploração homogeneiza a ideia de trabalho dito “feminino” e os dito “masculino”.

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2015, p.117).

¹ Este artigo é parte de um estudo bibliográfico da Tese de Doutorado em Saúde e Adoecimento dos Trabalhadores docentes na Rede Pública de Ensino de Belém.

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho demarcam um campo em que se desenvolvem duas dimensões diametralmente ligadas: a relação de opressão e a de exploração. Na sociedade do capital essas dimensões colocam a mulher em situação de subordinação de uma ordem criada e mantida por uma sociedade patriarcal, de classe e de raça. Sabe-se que foi a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, com mais ênfase a partir da Revolução Industrial em que a demanda por mão-de-obra abriu espaços não apenas para o trabalho feminino, como para o trabalho infantil. De acordo com Hirata (2001) na atualidade na sociedade do capital vigora uma bipolarização no trabalho entre grupos de mulheres: de um lado as que são qualificadas e conseguem ascenderem às boas condições de salários dentro do conjunto de mão-de-obra feminina, como as engenheiras, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, e de outro lado, estão às trabalhadoras com baixa qualificação, sem reconhecimento e nem valorização social. No entanto, nesses dois grupos as características do trabalho se colocam como um desafio, na qual estão postos a precarização, a intensificação, baixos salários dentre outros aspectos. Sobre o processo de precarização das mulheres no mercado de trabalho, Nogueira (2011, p. 160) expressa à questão sobre o seguinte prisma “a precarização apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora, tem sexo” O autor afirma que a exploração do trabalho feminino se dá pela sociedade ainda acreditar que o trabalho que a mulher realiza serve como complementar a exigência de subsistência da família.

A exploração da mão de obra feminina se impõe na divisão social do trabalho, uma vez que o salário médio das mulheres representa cerca de 62% a menos que os homens isto, levando em consideração o mesmo nível de escolarização. Estes dados são da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) que realizou pesquisa entre 46 países e na qual o Brasil junto como o Chile, se posiciona em primeiro lugar no ranking de maior discrepância de renda entre homens e mulheres no mercado de trabalho. As análises desses dados revelam dois pontos: a desvalorização do trabalho feminino e a necessidade dele para o acúmulo do capital, desvelando assim o triplo caráter contraditório da força feminina no mercado de trabalho: de desvalorização, de exploração e aumento do lucro para o sistema do capital. Esse triplo caráter enseja para o capital não um problema, mas uma solução uma vez que a desvalorização advém da desqualificação do trabalho, implicando em menores salários e precárias condições de trabalho, que ocorre juntamente com a exploração e o aumento da produção e reprodução do capital. Portanto, para o capital a manutenção do status quo da condição da mulher na sociedade é imprescindível.

Sobre o trabalho feminino na docência ele vem se consolidando como parte de uma totalidade do trabalho considerado de bens e serviços no sistema capitalista, na qual se emprega uma grande porcentagem de força de trabalho feminino. No Brasil, o magistério se consolidou como área de predominância feminina e teve como corolário a saída do homem do magistério para um trabalho melhor remunerado na indústria e a questão do ensino para as mulheres, que de acordo com os estudos de Saffioti (2013) não poderia ser relegado aos homens. Este fato corroborou com várias situações dentre elas a que evidenciou a diferenciação dos salários entre os professores: [...] dos dois níveis de salários dos professores, as mestras eram as com pior remuneração (SAFFIOTI, 2013, p. 275). De acordo com Saffioti (2013) o desprestígio profissional agregado à baixa remuneração e a consolidação de uma imagem do ensino de crianças ligado ao prolongamento das funções maternas, contribuíram e materializaram o magistério como um campo de trabalho eminentemente feminino e por muitos anos perdurou a aceitação como única profissão feminina aceita pela sociedade.

A feminização do magistério se assenta de um lado, como uma profissão que emerge dentro dessas duas categorias: nas relações sociais de sexo e na divisão sexual do trabalho. Estas categorias nos permitem analisar a feminização do magistério como uma profissão cuja gênese se encontra e se justifica por uma forte ideologia a concepção de magistério com atributos como o cuidar, a afetividade, papel socialmente atribuídos às mulheres.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ADOECIMENTO DAS TRABALHADORAS DOCENTES.

Historicamente, as condições de trabalho dos trabalhadores docentes no Brasil vêm sendo marcadas pela precariedade, deterioração física das escolas, baixos salários, aumento de carga de trabalho, dentre outros fatores. Pesquisas sobre a saúde das trabalhadoras docentes no Ensino Fundamental apontam que as mudanças decorrentes das reformas educacionais ocasionaram mudanças na organização e nos objetivos do trabalho docente sem, contudo, ter tido um aumento significativo de investimento nas condições de trabalho. Tais condições são contraditórias em relação às altas exigências de desempenho em que as escolas e as trabalhadoras docentes se encontram submetidas. Landini (2006) e Paparelli (2010) demonstram que são cada vez mais frequentes os casos das trabalhadoras docentes que se encontram em franco processo de adoecimento. As principais denúncias acerca do agravamento na saúde dos docentes estão relacionadas às condições de trabalho e demonstram que tanto a precarização quanto a intensificação têm sido indicadas como causadoras de adoecimento, em função de a docente

precisar mobilizar suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais o que acaba por gerar esforços ou uma sobrecarga de energia física-mental-emocional, comprometendo e causando danos à sua saúde. No caso da trabalhadora docente, esse processo está relacionado às jornadas de trabalho, salários, avaliação, regulação, à divisão social do trabalho, à relação de números de alunos/docente, às formas de contratos e admissão no trabalho. Quando se reflete o enfoque na questão da saúde da mulher trabalhadora salienta-se a perspectiva de contextualizar a condição feminina que se incorpora não apenas à dimensão da fragilidade, mas, sobretudo nas condições de vida e de trabalho nos quais destacam o universo feminino. Merchán-Hamann e Costa (2000) apontam importantes considerações acerca de novas reflexões sobre a saúde e a condição feminina, uma vez que o trabalho que as mesmas realizam extrapola da fábrica ao lar.

Assim, a reestruturação produtiva acabou por incorporar nos setores de serviços o trabalho feminino em condições precárias, não apenas na forma da estrutura física, mas em relação ao próprio salário, que é menor em relação aos vencimentos dos homens. Em todos esses casos, o que se sobrepõe à condição feminina no trabalho são as responsabilidades que extrapolam o trabalho, situando aqui as cargas de trabalho no lar. Medeiros (2006) alude à problemática na saúde vocal das trabalhadoras docentes ligadas à sobrecarga vocal em virtude da extensa jornada de trabalho que pode estar relacionada não apenas ao trabalho dentro da escola, mas no contexto familiar e social. No caso do contexto familiar, o cuidado com os filhos seria um dado relevante de sobrecarga, uma vez que à mulher é delegada a função de cuidar da prole. A saída das mulheres para o trabalho não implicou menores responsabilidades com a família, muito pelo contrário, muitas vezes para poderem trabalhar elas precisam em primeiro lugar organizar a rotina familiar e isso implica na ampliação do trabalho feminino, além do fato de hoje pesquisas registrar maiores incidências de mulheres como chefe de família o que faz com que haja um redimensionamento no papel feminino no mercado de trabalho e principalmente no lar.

A feminização do magistério como um dos fatores que embasam a natureza do trabalho docente, tem forte determinação nas condições estruturais de trabalho criando como consequência profunda marginalização da categoria e desvalorização profissional. A problemática dos agravos à saúde vocal das trabalhadoras docente pede maiores reflexões sobre as políticas de saúde mais efetivas nas escolas, uma vez que a voz é instrumento valioso no trabalho docente. “No Brasil, os afastamentos por adoecimento vocal causam um prejuízo estimado em mais de 200 milhões de reais ao ano” (MEDEIROS, 2006, p. 17). Esse prejuízo de acordo com a autora dá a dimensão da problemática que as trabalhadoras docentes enfrentam em seu cotidiano de trabalho. Mas, mesmo

com esses dados que demarcam ser um problema de saúde pública, “[...] a legislação trabalhista vigente não reconhece a relação da doença com a atividade docente e tampouco são explorados os condicionantes de gênero” Servilha et al., (2010, p. 506). A intensificação e precarização do trabalho feminino estão incorporadas em uma lógica de reprodução do capital. Mesmo que no campo da educação o trabalho docente não caminhe para essa lógica diretamente, mas indiretamente isto vem ocorrendo e, é possível afirmar que ela já está intrincada no cotidiano de trabalho desde que a profissão docente passou a se consolidar no seio da sociedade capitalista. Então não é uma realidade nova, apenas uma realidade invisível para a sociedade. Com relação à saúde, Aquino et al., (1995) enfatizam duas problemáticas relacionadas à invisibilidade de doenças de mulheres relacionadas ao trabalho: a primeira se refere ao não reconhecimento das atividades laborais como causadoras de adoecimentos, pois o conceito de trabalho estava/é restrito à atividade produtiva fabril, o que levou a se investigar o fenômeno do adoecimento entre as mulheres a partir do estudo da população masculina. E a segunda problemática ocorre pelo fato de a mulher ser vista na medicina moderna apenas como mãe, levando assim as pesquisas a se concentrarem nos aspectos reprodutivos da saúde da mulher. Este último aspecto ainda é relevante, pode-se dizer.

A visão reducionista da figura da mulher relacionada a questões biológicas e reprodutoras restringem o cuidado à saúde. Esta visão acaba por não favorecer um entendimento da saúde da mulher em uma abordagem ampla e integral. Foi pensando em uma política que valorizasse as peculiaridades femininas que, em 2004, se lançou a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). O princípio da PNAISM é a “implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas previsíveis e evitáveis” (BRASIL, 2004, p. 01). Mesmo com a PNAISM ainda se está longe de se imprimir realmente uma ação efetiva no campo da saúde feminina, pois a legislação ainda se ocupa do corpo, da reprodução, e pouca atenção vem sendo dada à saúde integral da mulher trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreende-se que as análises sobre a saúde da mulher trabalhadora envolvem múltiplos aspectos que não podem deixar de serem considerados, à medida que o campo da saúde é minado e incorpora discursos de uma visão pragmática de que o trabalho é indiferente à questão das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, naturalizando as diferenças entre homens e mulheres e os discursos do corpo como aspecto biológico. É imprescindível situar a mulher trabalhadora não apenas em seu local de trabalho, mas que agrega outras ocupações que de certa

forma acabam por impactar sobre sua saúde. No caso da educação em que majoritariamente a mulher se faz presente, será preciso analisar o conteúdo do trabalho docente que tem forte carga emocional no cuidado com outras pessoas e envolvem qualidades como paciência, dedicação, destrezas, predicados característicos do magistério. Muitas vezes essas características influenciam em uma visão idealizada da profissão que por sua vez, escamoteiam as condições de trabalho que envolve a atividade docente, como os locais insalubres, a falta de materiais, os baixos salários, além da extensiva jornada de trabalho, que pode quadruplicar se for levado em consideração o espaço doméstico.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Segurança e Saúde do trabalhador.**

<Disponível em: http://portal.mte.gov.br/seg_sau/dia-mundial-de-seguranca-e-saude-no-trabalho-28-de-abril.htm> Acesso em: 23 mar. 2016.

CISNE. M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo. Outras Expressões. 2015.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

<Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a03.pdf>> Acesso em: 16. mar. 2016.

HIRATA, H. A Globalização e divisão social do trabalho. **Cadernos Pagu**. 2001/02: pp.139-156.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2013

LANDINI, S. R. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica as consequências para a saúde do trabalhador-professor. **VI Seminário da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente – REDESTRADO.** Rio de Janeiro, 6-7 nov. 2006.

<Disponível em:

http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_2/professor_trab_saude.pdf> Acesso em: 09. mai. 2016.

MEDEIROS, A. M. **Disfonia e Condições de trabalho das professoras da Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. 2006. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECJS-6Y7JJJ/adriane_mesquita_de_medeiros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03. Mar. 2010.

MERCHÁN-HAMANN, E. COSTA. A. M. Introdução a uma reflexão sobre saúde, equidade e gênero. IN: MERCHÁN-HAMANN. E. COSTA. A. M. TAJER, D. **Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas.** Brasília: editora Universidade de Brasília 2000.

PAPARELLI, R. Saúde mental relacionada ao trabalho: o caso de educadores da rede pública de ensino Paulistana. IN. SANT´ANA. R. S. (org.) et al. **O Averso do Trabalho II.** São Paulo. Expressão Popular. 2010.

RIBEIRO, H P. O Público e o privado das políticas contemporâneas do Estado Moderno. Ascensão e queda dos direitos de cidadania e a emergência do individualismo e do neocorporativismo em saúde. IN: IN. SANT´ANA. R. S. (Org.). **O Averso do Trabalho II.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAFFIOTI. H. **A mulher na sociedade de classe: mitos e realidades.** São Paulo. Expressão Popular. 2013.